

DOI: [10.5216/rpp.v17i1.59056](https://doi.org/10.5216/rpp.v17i1.59056)

EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO, TERRITORIALIDADE E LUTA CIGANA: UM ESTUDO DE CASO DO POVO CALON NO DISTRITO FEDERAL**EDUCATION, TERRITORIALITY AND GYPSY FIGHT: A CASE STUDY OF THE PEOPLE CALON DE SOBRADINHO FEDERAL DISTRICT****EDUCACIÓN, TERRITORIALIDAD Y LUCHA CIGANA: UN ESTUDIO DE CASO DEL PUEBLO CALON EN EL DISTRITO FEDERAL**Walace Roza Pinel¹ <https://orcid.org/0000-0003-3932-9375>Lenilda Damasceno Perpétuo²Erlando da Silva Reses³**RESUMO**

O presente artigo é fruto de uma investigação social, iniciada no mestrado e continuada por meio do Doutorado em Educação na Universidade de Brasília (UnB) o qual procura trazer à tona a realidade em que vivem os Ciganos Calon em Sobradinho DF no seu processo de territorialização e luta pela posse da terra. Comunidade que passa por um processo de mudanças culturais e transita de uma situação de nomadismo para uma de sedentarismo. Devido a sua cultura de vida livre, encontram inúmeras dificuldades de adaptação ao modelo de sociedade proposta. Sendo assim, a moradia fixa e a posse da terra ainda se tratam de espaços antagônicos aos seus modos históricos de vida. Desse modo, esta pesquisa abordará o percurso histórico-cultural dos povos ciganos, contribuindo para a análise e a compreensão das associações entre etnicidade cigana e a luta, buscando identificar uma política intercultural de educação amparada pelos Direitos Humanos, a qual permita a efetiva inclusão social e educacional dos povos ciganos no Distrito Federal. De caráter qualitativo, temos como base teórica o materialismo histórico dialético, o qual investiga as representações sociais acerca do povo cigano e como essas representações, por sua vez, influenciam nos seus conflitos étnicos e territoriais.

¹ Universidade de Brasília - UnB – walaceroza@gmail.com

² Universidade de Brasília – lenildatuka@gmail.com

³ Universidade de Brasília – erlandoreses@gmail.com

Palavras Chave: Territorialidade; Ciganicidade; Direitos Humanos; Educação; Cultura

ABSTRACT

This article is the result of a social investigation, started in the master's degree and continued through the Doctorate in Education at the University of Brasilia (UnB), which seeks to bring to the fore the reality in which the Calon Gypsies live in Sobradinho DF in its territorialization process and fight for land ownership. Community that goes through a process of cultural changes and transitions from a situation of nomadism to a situation of sedentarism. Due to their free-living culture, they find numerous difficulties of adaptation to the proposed model of society. Thus, fixed housing and land ownership are still spaces antagonistic to their historical ways of life. In this way, this research will approach the historical-cultural path of the gypsy people, contributing to the analysis and understanding of the associations between gypsy ethnicity and the struggle, seeking to identify an intercultural education policy supported by Human Rights, which allows the effective social inclusion education of the Roma people in the Federal District. Of qualitative character, we have as theoretical base dialectical historical materialism, which investigates the social representations about the gypsy people and how these representations, in turn, influence in their ethnic and territorial conflicts.

Keywords: Territoriality; Ciganicity; Human Rights; Education; Culture

RESUMEN

El presente artículo es fruto de una investigación social, iniciada en el máster y continuada por medio del Doctorado en Educación en la Universidad de Brasilia (UNB) el cual busca traer a la superficie la realidad en que viven los Gitanos Calon en Sobradinho DF en su proceso de territorialización y lucha por la posesión de la tierra. Comunidad que pasa por un proceso de cambios culturales y transita de una situación de nomadismo hacia una de sedentarismo. Debido a su cultura de vida libre, encuentran innumerables dificultades de adaptación al modelo de sociedad propuesta. Siendo así, la vivienda fija y la posesión de la tierra todavía se trata de espacios antagónicos a sus modos históricos de vida. De este modo, esta investigación abordará el recorrido histórico-cultural de los pueblos gitanos, contribuyendo para el análisis y la comprensión de las asociaciones entre etnicidad gitana y la lucha, buscando identificar una política intercultural de educación amparada por los Derechos Humanos, la cual permita la efectiva inclusión social y educativo de los pueblos gitanos en el Distrito Federal. De carácter cualitativo, tenemos como base teórica el materialismo histórico dialéctico, el cual investiga las representaciones sociales acerca del pueblo gitano y cómo esas representaciones, a su vez, influyen en sus conflictos étnicos y territoriales.

Palavras-Clave: Territorialidad; Ciganicidade; Derechos Humanos; Educación; Cultura

Data de submissão 23/07/2019

Data de aprovação 08/12/2019

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura apresentar uma visão calcada nas histórias e memórias do povo cigano e suas repercussões no território do Distrito Federal. Inicialmente, procurando trabalhar na perspectiva histórica cultural procurando o diálogo a partir das categorias: *essência e aparência*, neste sentido consideramos que por trás da diversidade cultural e étnica do Brasil existe um povo, que faz parte do patrimônio sociocultural brasileiro desde a época do Brasil Colônia, mas que, por sua vez, vive numa “invisibilidade” histórica. Essas pessoas, sujeitos e sujeitas históricos, trazem consigo uma vida de perseguições, expulsões e discriminações.

Dessa forma, investigar sua cultura e sua história significa mergulhar *essencialmente* num universo de mistérios e mitos, construídos ideologicamente, de modo a perpetuar e justificar sua exclusão, desde a infância. A história desse povo é recheada de imagens estereotipadas, distorcidas e fantasiosas. Conhecemos muito pouco da cultura cigana, como nos faz refletir Frans Moonem:

Na luta contra o anticiganismo existe um enorme campo de trabalho ainda inexplorado por cientistas das mais diversas áreas. [...] Porque a ciganologia brasileira está apenas dando seus primeiros passos e ainda pouco ou nada tem contribuído para diminuir a ignorância dos brasileiros sobre seus conterrâneos ciganos, e assim diminuir também os preconceitos e a discriminação anticigana. No Brasil, a nossa ignorância ainda é enorme. (MOONEM, 2011, p.220).

A versão mais aceita é a de que vieram da Índia, isso porque na universidade de Leiden, na Holanda, um jovem universitário húngaro de nome Valvy Stefán notou que algumas

palavras usadas por três jovens indianos daquela mesma universidade eram também palavras utilizadas por ciganos de sua terra natal, Győr. Dessa forma, mais tarde, estudiosos linguistas passaram a estudar e a constatar a real ligação dos ciganos com a Índia. Já é possível encontrar informações que afirmem que os ciganos de fato teriam vindo do norte e noroeste da Índia. Segundo Ana Clara Oliveira, uma pesquisa realizada a partir do DNA de diversos grupos europeus afirma a teoria de que “um grande grupo de hindus saiu da Índia há 1.500 anos e, uma vez na Europa, começou a se estabelecer e a se espalhar pelo resto do continente através da região dos Bálcãs” (TEIXEIRA, 2008, p. 47). Os ciganos, por não possuírem registros escritos, ficam alheios apenas à memória e à oralidade. São sujeitos que sofrem com a incerteza histórica em relação às suas origens.

Conforme aponta Teixeira (2008), o povo cigano começa a se dispersar pelo mundo há cerca de mil anos. A teoria mais aceita na atualidade, por meio da Linguística, defende a versão de que são oriundos da Índia, constatando a semelhança e o parentesco entre as línguas ciganas e o sânscrito. Ainda segundo o mesmo autor, de cada 30 palavras ciganas, treze são de origem *hindi* (língua derivada do sânscrito). Hoje uma de suas línguas-mãe é o *Romani*, considerado um autêntico dialeto cigano.

Mesmo pertencendo a um grupo étnico próprio, ao longo da história, e após séculos de migrações, eles não são um povo homogêneo. Segundo aponta a literatura, o povo cigano se divide em três grandes etnias: Rom; Sinti e Calon. Cada um desses grupos possui características próprias, como língua, costumes, hábitos e cultura. Embora pareçam, sob o ponto de vista “de fora”, como pertencentes à mesma classe social, observa-se grande diferença

socioeconômica e linguística entre as comunidades.

Especialmente a partir da centralidade da categoria trabalho, podemos observar que os Rom, historicamente ligados à produção e ao comércio de bens de alto valor (joias, obras de arte; automóveis); estão ligados à *burguesia*, possuindo bens e acesso às facilidades da sociedade do capital, sendo comum sua sedentarização. Outras comunidades, como a Calon, especialmente aquelas nômades, com pouco acesso à escolarização e à produção de bens e serviços, sobrevivem, grosso modo, apenas com a sua força de trabalho informal e marginalizado, como leitura de mãos, venda de panos de prato e o escambo de mercadorias de baixo valor agregado.

Ou seja, mesmo entre as populações ciganas observa-se a grande questão da luta de classes que é onipresente também entre o povo cigano, tendo em vista que esta etnia ainda não se enquadra nos padrões sistematizados da sociedade capitalista. Observa-se uma grande diferença entre os donos dos meios de produção (geralmente ligados à etnia Rom) e aqueles (da etnia Calon), que apenas possuem sua força de trabalho como meio de sobrevivência.

Toda sociedade até hoje existente assentou-se, no **antagonismo de classes opressoras e oprimidas**. [...] Ser capitalista significa assumir não apenas uma posição meramente pessoal na produção, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento mediante a atividade comum de muitos membros, e até mesmo, em última instância, mediante a atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital, portanto, não é uma potência pessoal, ele é uma potência social. (MARX, 2015, p. 46, grifo nosso).

Retomando a classificação étnica - procurando o diálogo a partir da teoria histórico cultural -, os Roma ou Rom se autodenominam como ciganos

“autênticos”. São os ciganos não ibéricos, predominantes dos países balcânicos, Itália e Europa Central; possuem maior concentração na Romênia. Acredita-se que tenham chegado ao Brasil com suas famílias na primeira metade do século XIX. Segundo Teixeira (2008), o Rom que chegou mais cedo ao território mineiro foi Jan Nepomusky Kubitschek, marceneiro no Serro e em Diamantina. Era um imigrante vindo da Boêmia, entrou no Brasil por volta de 1830-1835, casando-se com uma brasileira, Teresa Maria de Jesus, com quem teve dois filhos.

O primeiro foi João Nepomuceno Kubitschek, o segundo Augusto Kubitschek, um comerciante que viveu toda sua existência em Diamantina e teve uma filha, Júlia Kubitschek, que viria a ser a mãe do então presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1960). Ou seja, tivemos um presidente do Brasil, de origem cigana, e os livros não relatam essa história (TEIXEIRA, 2008). Os ciganos Rom são divididos em *quatro subgrupos* segundo a origem ergonômica e habilidade para o trabalho. Primeiramente, se tem os Kalderash, os quais dominam o trabalho manual com metais. São “verdadeiros” artesões, mexem com o ouro, cobre, ferro, alumínio, fabricando utensílios domésticos e ferramentas para trabalhos manuais.

Em segundo, há os Matchuara, tidos como ciganos bons de comércio. Geralmente são vendedores ambulantes. Segundo a tradição, dominam a arte de vender, comprar, barganhar, trocar. Pelas suas andanças e viagens diversas, adquirem mercadorias em um local e repassam para outras pessoas, que muitas vezes se “encantam” com sua maneira perspicaz de negociar. O terceiro grupo é o Lovara, o qual é muito ligado às artes cênicas, à música, à dança. A maioria tem uma forte inclinação para o trabalho circense e teatro mambembe.

Em quarto se tem os Tchurara, que são conhecidos como excelentes domadores de animais. Segundo relatos, eles dominavam a arte de hipnotizar os animais com sua magia e astúcia. Foram muito utilizados como mão de obra barata pelos nobres dos castelos, por fazendeiros e donos de animais, colecionadores de cavalos e donos de circos. Esses últimos, até um tempo atrás, utilizavam apresentações de animais exóticos em seu repertório de eventos e apresentações artísticas, porém hoje a lei proíbe isso. Sabe-se que, na atualidade, a maioria dessas profissões foi se extinguindo ao longo dos tempos, exigindo desse povo novas mudanças de locais, de perspectivas e de propostas de trabalho para sua subsistência e de sua família, os forçando a fixar moradias e passar de uma situação de nomadismo para o sedentarismo.

Na sequência, se tem os Sinti, nome de origem toponímica devido ao fato desse grupo cigano ser conhecido por possuir forte relação histórica com os lugares em que vive, tais como os seus assentamentos restritos. Também chamados de *Manouchi*, falam *Sintó*, são mais numerosos na Itália, França e Alemanha, não tendo registros de presença significativa no Brasil. Segundo Teixeira (2008), nunca foi feita uma pesquisa apurada sobre sua presença no Brasil. Sabe-se que, no fim da segunda guerra mundial, mais de 500.000 foram usados como cobaias nos experimentos científicos de vacinas, instrumentos de extermínio em massa, trabalhos escravos, além de terem sido covardemente exterminados nos campos de concentração nazista.

Verticalizando a discussão para os nossos sujeitos e sujeitas da pesquisa, temos os ciganos e ciganas Calon ou Kalé. Tal nomenclatura teve origem na tipologia física, e deriva de *Kali* ou *Kalin*, o que significa “pessoas de pele cor cobre”. Em sua maioria vivem na pobreza e marginalização. Por serem,

nômades, ou seminômades, vivem em barracas e tendas e viajam sempre “em bando”, carregam fortemente essa característica de cor da pele bem queimada, castigada pelo trabalho sob o sol, justificando a cor avermelhada do cobre. Foram os primeiros ciganos a chegarem a terras brasileiras, por volta do século XVII. Vieram expulsos de Portugal e Espanha.

Esses países, por terem uma característica conservadora, sentiram-se ameaçados e expulsaram os ciganos Calon, *aparentemente*, por causa de sua cultura livre e costumes religiosos místicos e espíritas. Defendemos que, *essencialmente*, as perseguições às comunidades ciganas Calon estão ligadas intimamente às suas *condições materiais*, ou seja: os (as) ciganos (as) Calon – pobres e nômades –, eram o alvo principais das políticas de higienização implementadas pelo Estado desde os tempos remotos até a atualidade. Passando a ser alvo de grandes perseguições, os Calon eram considerados responsáveis por epidemias e pestes, que na época se espalhavam pelo País, como era o caso da varíola, do sarampo e de outras doenças. Também conhecidos como ciganos Ibéricos, possuem como língua falada o *caló* ou o *chibe*, a qual é uma variação do *Romani*.

É um dos grupos ciganos que mais fielmente seguem as tradições do seu povo, moram em acampamentos em suas barracas, são os precursores da dança flamenca e da figura dançarina da cigana. Seus costumes, amor e devoção à arte e à dança serviram de fortalecimento para consolar o grupo e manter a resistência para suportar o martírio pelo qual passaram durante a diáspora. De acordo com Rodriguez (2011), por meio dos seus levantamentos, nos traz um montante que nos aponta um número por volta de 10 milhões de pessoas, conforme tabela a seguir:

Quadro 1: População cigana no mundo

| | |
|---------------------------|----------------|
| Albânia | 115.000 |
| Alemanha | 105.000 |
| Argentina | 300.000 |
| Áustria | 25.000 |
| Bielorrússia | 40.000 |
| Bélgica | 30.000 |
| Bósnia-Herzegovina | 50.000 |
| Brasil | 1.000.000 |
| Bulgária | 750.000 |
| Colômbia | 8.000 |
| México | 15.850 |
| Croácia | 35.000 |
| Dinamarca | 5.500 |
| Equador | 1.000 |
| Eslováquia | 500.000 |
| Espanha | 650.000 |
| França | 400.000 |
| Finlândia | 11.000 |
| Grécia | 265.000 |
| Países Baixos | 40.000 |

Fonte: Rodriguez (2011), *apud* Godoy (2016, p. 34).

No Brasil, reconhecemos a escassez de pesquisas na área, assim os dados oficiais sobre os povos ciganos ainda são incipientes. Entretanto, salienta-se o trabalho do professor da UFPB, já falecido, Franz Moonem, o qual muito se debruçou sobre os estudos ciganos no Brasil e na Europa, é merecedor de nosso enorme respeito e reconhecimento.

Franz Moonem, antropólogo e pesquisador, realiza, no estado da Paraíba, um levantamento dos aspectos sociais dos ciganos e produz uma leitura antropológica sobre a origem do grupo Calon, sua genealogia e condições de vida em pleno século XX. Afirma serem descendentes de ciganos portugueses, que migraram para o Brasil voluntária ou compulsoriamente. (MOONEM, 2008, p 65).

Neste sentido, após uma necessária discussão onde procuramos demonstrar as origens, bem como a dispersão dos povos ciganos pelo mundo, passaremos a verticalizar as discussões a partir da perspectiva dos povos ciganos no Distrito Federal,

especialmente a comunidade cigana da Rota do Cavalo em Sobradinho – DF.

PRESENÇA CIGANA NO BRASIL E SUA TERRITORIALIDADE NO DISTRITO FEDERAL

Apresentamos em nossa perspectiva, aprofundando o diálogo sobre a chegada deste povo em nosso território, sendo assim os primeiros ciganos Calon que chegaram ao Brasil eram oriundos de Portugal. Não se sabe ao certo quantos desses vieram para o nosso País; o que se sabe é que foram expulsos e deportados para as colônias ultramarinas⁴. Segundo Teixeira (2008), a história dos Ciganos Calon, aqui no Brasil, iniciou-se em 1574, com a chegada do cigano João Torres e sua mulher Angelina e filhos, os quais foram segregados após serem presos pelo simples fato de serem ciganos.

A vida dos ciganos no Brasil, assim como no mundo todo, sempre foi de discriminação e preconceito. Eram tidos pela igreja como demônios, bruxos, a

⁴ Áreas que estendem além do mar, outros continentes.

sociedade associava a sua imagem com tudo de ruim que acontecia, roubos, conflitos, sequestro de crianças, dentre outros delitos que ocorriam em locais em que tinha ocupação de povos ciganos. (SIMOES, 2007 apud. TEIXEIRA, 2008, p 82).

Um dos motivos dos ciganos terem vindo expulsos de Portugal para o Brasil, no século XV, foi por causa da legislação, a qual tinha como objetivo enquadrar e conter os ciganos para obrigá-los ao sedentarismo, os proibindo, também, de andar em bandos, usar seus trajes chamativos, linguagens e manter seus hábitos culturais. Como punição, eram obrigados a trabalhar nas galés⁵ ou eram presos e mortos. Portanto, para *higienizar* Portugal daquele povo, até então desprovido de tudo e com hábitos totalmente diferentes e ameaçadores à ordem pública, a alternativa foi enviá-los ao Brasil. Segundo a pesquisadora portuguesa Elisa Maria Lopes da Costa, naquela época do Brasil Colônia, Portugal também precisava desbravar as terras pouco exploradas brasileiras, havendo necessidade de enviar um povo *corajoso* para enfrentar os índios e os negros que aqui já estavam habitados, então os ciganos seriam uma ótima opção para servir de “escudo humano”.

Havia a necessidade de povoar as terras descobertas pelos portugueses ou que, dominadas por outros povos, ficaram submetidas em regra pela força das armas, a Portugal. Assim, era necessário encontrar gentes destemidas, aventureiras ou audazes, dispostas a arriscar tudo, a começar pela própria vida, a fim de que os territórios dominados pela coroa pudessem render o máximo. (COSTA, 1998, p.38).

Segundo Perpétuo (2017), esse cenário, por sua vez, expõe, material e historicamente, o contexto em que os ciganos Calon chegaram ao Brasil, ou

seja, não de forma voluntária, mas de forma compulsória e em caráter de trabalho escravo, ameaçador e correndo sérios riscos de vida, tanto nas longas viagens em navios superlotados, atravessando o Atlântico, quanto na chegada, nos confrontos e nas formas de adaptação climática, social e cultural. Para sobreviverem a todas as dificuldades, tiveram que fazer um esforço tremendo e muitas artimanhas no sentido de interagir com o meio até então desconhecido, se submetendo a todo tipo de trabalho.

A ideia era mantê-los longe das regiões mineradoras e Portuárias. No Brasil, eles foram deportados em grande parte para os estados do: Maranhão, Pernambuco e Bahia, onde exerciam funções de comerciantes, cavaleiros, manipuladores de metais. Dessa forma, e na tentativa de mantê-los nômades, eram condenados a viverem às margens das sociedades, sendo vitimados com a ausência do Poder Público e de seus direitos sociais, fazendo parte de uma minoria étnica que durante muitos anos foi ignorada pelo Estado.

Tal indiferença se estende até os dias atuais, momento no qual ainda se é evidente a sensação experimentada pelos ciganos Calon de não pertencimento, de não existência, de não possuir pátria e de não fazer parte da sociedade, destacamos ainda a sua busca por acesso aos bens e serviços do seu País, mesmo que, para tanto, precisem lidar com a dor da discriminação, a fim de preservar e recuperar a sua identidade fecunda.

Por outro lado, destacamos a contradição que acompanha ao longo do tempo esse povo estigmatizado que por sua vez, possui inegáveis raízes históricas no Brasil. Os números são expressivos e reforçam a presença dessa comunidade no Brasil assim como na América Latina. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas

⁵ Galés eram navios movidos a remos, mastros e velas.

Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 foram identificados 291 acampamentos ciganos no Brasil, localizados em 21 Estados, sendo, Bahia, Minas Gerais e Goiás os de maior concentração. Em relação à população cigana total, estima-se que há hoje cerca de 800.000 ciganos no Brasil. Trazendo os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic/IBGE – 2011) e declaração de ciganos

participantes do GT-MEC-CIGANOS, assim estão distribuídos segundo o IBGE, no Brasil, os acampamentos ciganos por Estados e Municípios.

No Distrito Federal e entorno, segundo levantamento realizado por grupo de líderes dos acampamentos e pela ANEC (Associação Nacional das Etnias Ciganas) na pessoa do Sr. Wanderley da Rocha, estima-se que existam por volta de 3.000 ciganos.

Mapa 1: Estados com acampamento cigano no Brasil



Fonte: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPIR), IBGE/2011 e GT Ciganos/2014.

Mesmo com um significativo número de acampamentos e comunidades ciganas Calon, localizadas e mapeadas em 21 estados brasileiros, nota-se a escassez de Políticas Públicas e o descaso com esse povo, os quais, por diversas vezes, são empurrados para as periferias, dificultando o acesso à escola, à saúde, à segurança, à justiça e aos programas sociais de combate a vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva após uma breve análise acerca da história dos povos ciganos, a diáspora e a chegada tumultuada e as contribuições dos povos ciganos em território brasileiro, abordaremos a seguir o processo de transição do nomadismo pela luta ao direito de fixação territorial, especialmente à sua chegada ao Distrito Federal.

A LUTA PELA TERRA NA QUESTÃO FUNDIÁRIA DA COMUNIDADE CALON DO DISTRITO FEDERAL EM SOBRADINHO

Procurando dialogar com a história da comunidade cigana Calon da Rota do cavalo, em Sobradinho, em 2009, depois de muitas lutas, idas e vindas da comunidade cigana pelo Goiás, Minas Gerais, e pelo entorno do Distrito Federal, finalmente, no dia 24 de junho de 2015, num ato histórico e inédito, o Governo do Distrito Federal (GDF) e o Governo Federal assinam o Termo de cessão de imóvel que beneficia duas comunidades ciganas do Distrito Federal.

Imagem 1: Após muitas lutas, comunidade cigana Calon recebe da União a doação da terra



Fonte: Acervo da Comunidade Cigana Calon

Para os ciganos Calon, desta comunidade, a *luta pela terra* foi uma conquista histórica. Mais do que conquistar a terra, o direito de permanência e fixar moradia, *é o primeiro passo no sentido de uma vida minimamente digna e o direito da construção de suas histórias e memórias sobre seu território*. Segundo Daiane da Rocha (2016) – liderança feminina do acampamento sujeito desta pesquisa –,

Essas terras foram doadas pela União ao GDF, que repassou para os ciganos o termo de posse. Segundo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a regularização fundiária para fins de moradias em áreas ocupadas por comunidades tradicionais está regulamentado e fundamentado no artigo 1º, inciso I, da Portaria de nº 232/2005 do Regimento interno da SPU, na Lei 12.288, de 20 de junho de 2010, e na Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecida pelo Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

anteriormente a essa luta, durante suas viagens, muitas vezes a comunidade parava em algum terreno vazio para descansar e cozinhar, daí a polícia, ou mesmo os vizinhos, chegavam e os expulsavam dos locais, sem ao menos dar tempo para alimentar as crianças e recolherem seus pertences.

Entendemos que a luta e a permanência nesse chão é, para o grupo, o primeiro passo, em uma longa

caminhada, rumo ao direito fundamental da dignidade humana. Reforçando essa fala, o líder do acampamento, Wanderley da Rocha, nos traz valorosa reflexão, na qual podemos perceber a naturalização das assimetrias sociais e econômicas, por meio de um discurso o qual, em certa medida, está alinhado com a ideologia dominante:

Professora, a terra é tudo pra nós. É tudo que precisava para conseguir erguer nossa vida. Ninguém é melhor que ninguém. Às vezes uns tem mais oportunidades que outros, porém somos todos filhos de Deus e seres humanos. Sentimos dor, fome, frio, temos necessidade de ser reconhecidos. Então, o que gostaríamos é que o Estado desse pra nós só o reconhecimento. Não queremos dinheiro! Dinheiro, nós vive sem dinheiro. O dinheiro não faz as pessoas viver feliz. O importante é ter Deus na nossa vida. (Wanderley da Rocha, 2016, informação verbal).

A cessão de terra, por parte da União, foi uma conquista de duas comunidades ciganas Calon presentes em Sobradinho, à época: a primeira na área da antiga fazenda Sávia, no Núcleo Rural Córrego do Arrozal, em Sobradinho, liderada pelo senhor Elias,

com 2,2 hectares ocupados por um grupo de aproximadamente 87 pessoas; e outra (sujeitos desta pesquisa) para o grupo do Senhor Wanderley da Rocha, com 3,5 hectares com aproximadamente 18 famílias, sendo composta por 70 pessoas, representada pela ANEC (Associação Nacional das Etnias Ciganas), que se localiza na Rota do Cavalo, no Condomínio Serra Verde, onde o grupo batizou de acampamento Nova Canaã, a terra prometida. Estão, portanto, ambas na região do Núcleo Rural de Sobradinho, distante uma da outra por volta de 15 km.

Há de se ressaltar que a assinatura desse documento ocorre em 2015, graças à luta política da comunidade (ANEC), presença acadêmica (Grupo de Pesquisa Consciência FE/UnB), Secretaria de Educação do Distrito Federal e aos esforços do Ministério Público Federal, técnicos da Superintendência Regional da SPU os quais, baseados em estudos e análises realizadas pela SEMIDH e SEPPIR, e após várias visitas ao local, confirmaram o modo de vida tradicional dessas comunidades ciganas, fato esse que os credenciou como povos nômades tradicionais.

Mapa2: Imagem de satélite da comunidade Calon em Sobradinho – DF



Fonte: Disponível em: <http://bit.ly/2ieYfij> Acesso em: 06 nov. 2017.

Após uma aproximação teórica da questão discutindo as origens dos povos ciganos no mundo e sua repercussão no Brasil e no Distrito Federal a partir de uma perspectiva emancipadora, cultural e crítica, passamos neste momento às considerações finais deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a linha de raciocínio, procurando o diálogo a partir da *teoria das múltiplas determinações*, o Brasil por sua extensa amplitude territorial, conseqüentemente, apresenta uma grande diversidade sociocultural. Vivemos rodeados de *contradições* que nos exigem reflexões e reformulações constantes dos nossos (pré) conceitos. Se por um lado temos um País rico em recursos e diversidades naturais, com belas paisagens, lindas praias, montanhas, vales, rios e florestas fascinantes, por outro lado somos a representação de muitas etnias, um verdadeiro mosaico étnico, racial, social, cultural. Portanto, o que nos une, infelizmente, também, nos separa, haja vista diversos fatores: biológicos, geográficos, etnográficos, sociais, culturais e principalmente desigualdade social.

Nesse sentido somos um povo tomado por características de país colonizado, com uma forte tendência a copiarmos padrões culturais e territoriais das chamadas economias capitalistas centrais como referência de tudo que é aceitável, correto, belo, positivo, atraente e verdadeiro.

Tudo que difere desse modelo hegemônico parece estranho e deslocado. Os grupos considerados “estranhos” a esse padrão, como ciganos, negros, camponeses, quilombolas, índios, homossexuais, prostitutas, enfrentam, cotidianamente, grandes lutas para conquistarem

seus direitos e reconhecimento enquanto sujeitos coletivos que fazem parte da história e que trazem, por sua vez, em suas trajetórias de vida, um rico e diversificado acervo social e cultural. (Perpétuo, p. 75, 2017)

Reiteramos, ao final que para conhecer a cultura de um povo, precisamos nos debruçar sobre a sua história. E os ciganos, ainda que estigmatizados por terem seus costumes e modos de vida diferentes, não abrem mão de sua cultura. Entendemos que nossas barreiras e (pre) conceitos, pois refletir sobre as diversidades culturais exige, de cada um, a superação de um pensamento hegemônico e etnocêntrico. Dessa maneira, é imprescindível conhecer o que nos causa estranhamento, pois, só assim, estaremos inclinados às outras tantas possibilidades.

REFERENCIAS

BRASIL. **Direitos Humanos**. 2012. Disponível em: <<http://:dhnet.org.br>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 03, de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, mai/jun. 2012. Disponível em: <<<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/93/pdf>>>. Acesso em: 15 nov. 2017

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos**: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH - PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Brasil**

Cigano: Guia de Políticas Públicas para Ciganos. Brasília, DF, mai. 2013.

COSTA, Elisa Lopes da. **O povo cigano – memória histórica, presente e futuro.** In: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Que Sorte, Ciganos na nossa Escola! Entreculturas, Lisboa, 2001.

_____. **O povo cigano – Contributo povoador para o Brasil Colônia.** Revista Textos de História, Cidade, v. 6, n. 1 e 2, p. 35-57, 1998.

GODOY, Rosa Maria. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico - Metodológicos.** Brasília: SEDH, 2010.

MARX, KARL. **Contribuição Crítica da Economia Política.** 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Textos Sobre Educação e Ensino.** 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

MEIRELES, Cecília. **Antologia Poética.** Rio de Janeiro: Cia José Aguilar, 1967.

MOONEM, Frans. **Anticiganismo:** os ciganos na Europa e no Brasil. João Pessoa:FPB, 1994. Disponível: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf>. Acesso em: 20. out. 2011.

MOONEN, Frans. **Os estudos ciganos no Brasil.** p. 127. 2007. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MUNIC/IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais.** 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm>. Acesso em: 20 set. 2016.

PERPÉTUO, Lenilda Damasceno. **Comunidade cigana Calon em processo de escolarização:** conflitos étnicos e saberes pluriculturais. 2017. 153 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil.** Recife: Núcleo de. Estudos Ciganos, 2008.